



# CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580-539 Vila do Porto  
Ilha de Santa Maria – Açores

Exm<sup>o(a)</sup> Senhor(a)

Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila  
Presidente da Comissão Especializada  
Permanente de Economia da ALRA

Sua referência

Sua comunicação  
**S/3194/2021-11-02**

Nossa referência  
**S/001/2021**

DATA  
**17.NOV.2021**

**ASSUNTO: PEDIDO DE PARECER SOBRE PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO  
REGIONAL Nº. 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022**

Na sequência do solicitado no vosso ofício de referência, junto envio a V. Ex<sup>a</sup>. o parecer emitido pelo Conselho de Ilha de Santa Maria, em reunião realizada no dia 15 de novembro de 2021.

Com os melhores cumprimentos, *e consideração pessoal*

A Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria

*Maria Dulce de Oliveira Resendes*

Maria Dulce de Oliveira Resendes

Anexo: Parecer



## CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

### Parecer

#### **PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL Nº. 21/XII – PLANO REGIONAL ANUAL PARA 2022**

A pedido do Sr. Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, formulado através do ofício nº. S/3194/2021-11-02, o Conselho de Ilha de Santa Maria deliberou emitir parecer sobre o documento em epígrafe.

#### **Enquadramento:**

1. O investimento plasmado nos Planos Regionais Anuais, para a ilha de Santa Maria, nos últimos quatro anos verificaram a seguinte variação:

2019	2020	2021	2022
31.609.729 €	32.665.581 €	33.717.291 €	33.260.650 €
	Aumento de 3,34 %	Aumento de 3,22 %	Decréscimo de 1,35 %

2. Nos últimos anos temos verificado um aumento gradual e consolidado das verbas contempladas no Plano Regional anual para a ilha de Santa Maria, e o orçamento para 2021 seguiu esta dinâmica, no entanto, o orçamento para 2022 inverte essa tendência, pois constata-se um decréscimo de 1,35%, correspondendo ao valor global de -456.641 €. Esta situação provoca-nos alguma preocupação, pois atendendo às dificuldades de uma ilha pequena e periférica como é a nossa, deveria merecer uma maior atenção e investimento, para promover um ritmo de desenvolvimento similar ao das ilhas de maior dimensão e recursos.
3. Atendendo igualmente aos projetos de desenvolvimento estratégico que o atual Governo Regional defende para Santa Maria, manifestamos algumas reservas se tal será exequível face à escassez de verbas em alguns sectores que poderão ser fundamentais para alavancagem dessa mesma estratégia de desenvolvimento.
4. Este Conselho de Ilha, procurou na análise dos documentos apresentados, identificar igualmente todos os investimentos previstos e, de uma forma séria ressaltar o que estes apresentam de positivo, bem como o que poderá ser melhorado, numa perspetiva de apresentação de propostas de melhoramento das políticas de investimento público da nossa ilha e de problemas e necessidades que subsistem no tempo e que urgem ser resolvidos.

## **Preocupações e propostas:**

### **1. Na área das Políticas para a coesão Social e para a Igualdades de Oportunidades – Rúbrica 2**

Embora a área social, esteja dotada de verbas substantivas para a realização de ações e projetos de importância para a ilha, que ressaltamos como muito positivo, consideramos que apesar do valor previsto na rúbrica 2.6 – Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional ser de 685.746 €, apenas 100.000 € desse valor se destinam à recuperação de habitações nos Bairros do Aeroporto de Santa Maria, valor esse que deverá ser revisto e reforçado, pois é insuficiente para que se possa executar uma reabilitação e melhoria daquele parque habitacional, que é propriedade da RAA.

### **2. Competitividade empresarial e Administração Pública – Rúbrica 3**

Existe uma crescente preocupação no empresariado local, contituído por micro e PMEs, que se encontram muito fragilizadas e que necessitam de sistemas de incentivo à competitividade empresarial que não se veem espelhadas neste plano, uma vez que se desconhece como se fará a desagregação da verba prevista na rúbrica 3.1 no valor de 3.319.317 €. Há que prever apoios específicos para estas empresas, atendendo à dimensão das mesmas e pequenez do mercado onde competem.

### **3. Educação – Rúbrica 4**

É com agrado que vemos inscrito na rúbrica 12.15 – Construções Escolares, o valor de 1.500.000 €, para reparação do Ginásio da EBS de Vila do Porto, obra urgente e inadiável que esperamos vir a ser executada o mais breve possível.

Com agrado registamos igualmente a dotação de verba de 145.750 € na rúbrica 4.5 Escolas Digitais.

### **4. Saúde, Desporto e Proteção Civil – Rubrica 5**

Considera-se positivo o reforço de verba em áreas de saúde e desporto, como forma de promoção de hábitos de vida saudável. Constata-se que há um aumento do valor para o combate dos efeitos da Pandemia COVID 19 e para o programa CIRUGE. Há no entanto, que ter em consideração os condicionalismos dos serviços de saúde prestados na nossa ilha, nomeadamente no que diz respeito à deslocação de doentes para o Hospital do Divino Espírito Santo e na continuação e melhoria da frequência da vinda de pessoal médico especializado à Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria.

### **5. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural – Rúbrica 6**

Sendo esta área uma das mais importantes do desenvolvimento económico da ilha, com uma inscrição de verba no valor total de 2.637.670 € (rúbrica 6), constata-se os seguintes constrangimentos:

- a) Necessidade de dar continuidade à melhoria das acessibilidades rurais com a pavimentação das vias. A intervenção no caminho da Lapa de Baixo, embora seja parte municipal e parte agrícola, deverá constar numa próxima revisão do plano;
- b) Constata-se no presente plano uma redução dos apoios às Associações Agrícolas para funcionamento da sua estrutura de serviços técnicos, o que poderá provocar graves constrangimentos financeiros, colocando em causa a manutenção dos

postos de trabalho do quadro técnico que ali prestam serviços, com consequências negativas associadas ao apoio prestado às explorações e aos/às agricultores/as;

- c) Necessidade do IROA dar continuidade ao reforço da rede de abastecimento de água à lavoura, com a captação e armazenamento de água na zona sul da ilha, nos lugares do Paúl e Flor da Rosa, zona essa onde este recurso é mais escasso;
- d) Necessidade premente de se avançar com a reabilitação da sala de desmancha do matadouro de Santa Maria, projeto já existente no IAMA, uma vez que esta apresenta vários constrangimentos que têm impossibilitado o aumento do abate e desmancha na ilha para expedição de carne desmanchada. A sala de desmancha não possui condições de certificação por parte de alguns clientes, tendo diversos constrangimentos, entre os quais a reduzida capacidade de frio, sendo necessário a sua duplicação, não possui instalações sanitárias, sala de mudança de roupa, de lavagem e desinfecção, para só citar as mais prementes. Considera-se vital avançar já em 2022 com as necessárias obras de remodelação e adaptação às exigências atuais, até porque as OP da ilha têm contatos para fornecimento de carne a vários clientes, sendo a carne de Santa Maria muito procurada.
- e) Preocupa-nos a iniciativa do PAN, na Assembleia Regional, que a ser aprovada pode criar dificuldades extremas ao escoamento de gado vivo. Esta situação é inadmissível, porquanto as ilhas terão sempre de escoar gado por via marítima e também de importar animais vivos, designadamente de reprodutores para melhoria genética dos efetivos. Não obstante esta não ser matéria do Plano para 2022, é uma matéria que por estar na ordem do dia, se coloca nesta fase, alertando-se para as consequências do ato legislativo em curso.
- f) Relativamente às explorações agrícolas e áreas adjacentes tem-se notado um aumento exponencial de roedores que tem causado graves transtornos e problemas de saúde pública, pelo que urge proceder a uma desratização massiva desta praga.

## **6. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar – Rúbrica 7**

Embora estejam previstos 1.704.439 €, desconhece-se a desagregação da rúbricas 7.2 e 7.5.

Na rúbrica 7.2 estão previstos 358.278 € para infraestruturas de apoio às pescas, nada consta que estejam previstas obras de melhoria das condições nos Portinhos de pesca da Maia e dos Anjos - alternativos ao Porto de Vila do Porto - o que seria uma mais valia para os nossos pescadores e para o bom funcionamento da atividade da pesca na ilha de Santa Maria.

## **7. Cultura, Ciência e transição digital – Rúbrica 8**

Sendo o projeto Aeroespacial um dos vectores de desenvolvimento económico da ilha de Santa Maria, não vemos espelhado neste plano verbas que traduzam essa real intenção.

Considera-se positivo a dotação na verba 8.5.5 de 530.400 € para o projeto RAEGE de Santa Maria e outras iniciativas dedicadas ao espaço, contudo insuficiente para a dinâmica que esta ilha necessita para alavancar este eixo de desenvolvimento escolhido por este GRA.

Igualmente preocupante é a dotação residual da verba para a rubrica 12.24 – Defesa do Património Arquitetónico e Cultural com 200.000 € para Requalificação da Casa do Diretor do Aeroporto de Santa Maria, futura sede da Agência Espacial Portuguesa, quando sabemos que o valor previsto no ano anterior plano era na ordem dos 600.000 € e que não foi suficiente para a adjudicação da obra.

Por outro lado, não se encontra prevista no Plano nenhuma rubrica para a obra de recuperação da Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria, tendo em vista a sua musealização, o que lamentamos, visto estar a degradar-se muito, correndo-se o risco de nada sobrar daquela infraestrutura um dia que o projeto venha a ser aprovado.

## **8. Ambiente, Alterações Climáticas e Território - Rubrica 9**

Nada a registar no montante previsto para a rubrica 9 no valor de 593.399 €.

## **9. Transporte, Turismo e Energia – Rubrica 10**

Registamos com agrado a dotação de 637.062 € para a rubrica 10.1 para produção e armazenamento de energias limpas. Todavia na sua globalidade verificamos um decréscimo de investimento nessa rubrica, o que nos afigura estranho, numa altura que deveríamos estar a apoiar em pleno uma atividade que muito sofreu com a pandemia, numa ilha que ainda tem uma taxa de ocupação turística muito sazonal, mas com elevados encargos para o exercício da sua atividade.

Constata-se ainda nesta área de desenvolvimento situações que levam a um estrangulamento económico da ilha de Santa Maria, a saber:

- a) As acessibilidades à ilha são a nossa maior preocupação, por isso reiteramos a necessidade de manutenção da gateway de Santa Maria e a melhoria do preço tarifas aéreas para quem nos visita. Tal melhoria é fundamental pois o preço atual é condicionador da escolha da nossa ilha como destino turístico. Há que criar outra atratividade para as ilhas da coesão em especial para as que são periféricas e tem maior dificuldade nas acessibilidades, nomeadamente para Santa Maria, Flores e Corvo. Propõe-se ainda uma bonificação das tarifas para quem nos visita vindo nos voos diretos, fazendo com que assim haja uma maior taxa de ocupação, e também uma redução significativa da tarifa, no caso da compra ser executada com um ano de antecedência, pois resulta num encaixe financeiro para a SATA por venda dos lugares com bastante antecedência.
- b) Terá de ser encontrada uma solução que permita a retoma das ligações marítimas de passageiros/as entre Santa Maria e São Miguel, importante não só pelo aumento do número de turistas, mas também pela capacidade que esse meio de transporte permitirá para o escoamento de mercadoria através da modalidade de carga rolada, o que permitirá uma maior rotatividade e planeamento de envio de cargas perecíveis.
- c) Regista-se com agrado a inclusão da obra de melhoria do porto comercial de Vila do Porto. Mas tendo-se tido conhecimento de não estar prevista na obra a expansão do cais -7, para a zona de errocamento da cabeça do molhe, reitera-se essa necessidade, uma vez que a atual dimensão do porto, que apenas dispõe de 132 metros à cota -7, condiciona em muito a entrada de navios com necessidade de praticar essa área. Por outro lado, e atendendo ao fato que a intervenção no porto causará uma degradação significativa das vias de transporte de inertes, é necessário acautelar que esta obra venha a executar-se num único período de intervenção, a fim de minorar os estragos nas vias.

- d) Por outro lado sendo a nossa capacidade portuária limitadora aos transporte de bens e serviços para a implementação dos projetos na área Aeroespacial, vemos com muita preocupação a não resolução dos nossos constrangimentos nesta infraestrutura.
- e) Relativamente ao transporte de mercadorias que está ser feito pela empresa Mutualista, nos moldes atuais, não serve Santa Maria, pois não há certezas quanto aos dias que os navios daquela empresa escalam no porto de Vila do Porto, nem quais as ligações que fazem com outros destinos, impossibilitando assim, a programação das nossas importações / exportações.

#### **10. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria – Rúbrica 11**

Com uma atribuição de verba global para a rúbrica no valor de 129.405 € consideramos residual o valor previsto, não permitindo apoiar as empresas com os valores necessários à sua recuperação e crescimento.

#### **11. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações – Rúbrica 12**

Na Verba 12.2 - Reabilitação das Estradas Regionais – está previsto um valor de 187.698 €, sendo que só cerca de 128.000 € se destinam a beneficiação e pavimentação. Esse valor é considerado insuficiente face ao atual estado de degradação de uma grande parte da rede viária regional de Santa Maria. Só com um reforço de verba nesta rúbrica se poderá responder às necessidades atuais e urgentes da recuperação da rede viária;

Considera-se positivo a criação do circuito logístico terrestre previsto na rúbrica 12.6.4 no valor de 310.000 €.

Com preocupação vemos a insuficiência de verba na rúbrica 12.22 – Gestão e requalificação da orla costeira que apresenta um valor de 258.000 €, que não permite responder às necessidades da erosão costeira que se verificam nas baías da Maia, Praia Formosa e Anjos.

#### **Conclusão**

O Conselho de Ilha de Santa Maria, embora considere positivos alguns dos investimentos previstos no Plano Anual Regional para 2022, entende que não estão suficientemente cabimentados os investimentos mais estruturantes para o desenvolvimento económico e social da Ilha de Santa Maria.

Vila do Porto, 16 de novembro de 2021

#### **A MESA DO CONSELHO DE ILHA**

Maria Dulce de Oliveira Resendes, Presidente

João Manuel Andrade Fontes, Vice-Presidente

José Arsénio Sousa Chaves, 1º. Secretário

António Isidro Braga Sousa, 2º. Secretário

